

## A CÚPULA DO FUTURO DA ONU: NOVOS CAMINHOS PARA A PAZ

Raquel Gontijo<sup>1</sup>  
Kimberly Digolin<sup>2</sup>  
Patricia Borelli<sup>3</sup>

*Este texto é uma transcrição resumida do webinar de mesmo título, realizado em 30 de setembro de 2024. A transcrição e edição foi realizada por Kimberly Digolin. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K5zed6okl7I>.*

### INTRODUÇÃO

**Raquel Gontijo:** Boa noite, sejam todos muito bem-vindos ao nosso webinar. É um prazer muito grande participar desse evento em que a gente vai discutir a Cúpula do Futuro. Meu nome é Raquel Gontijo, sou professora da PUC Minas e estou hoje acompanhada por duas pesquisadoras maravilhosas e amigas muito queridas: Kimberly Digolin, que é pesquisadora visitante na Universidade de Coimbra com bolsa Capes-PrInt, professora de Relações Internacionais na Universidade Paulista (UNIP) e membro da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos em Segurança (PCECS); e também a professora Patricia Borelli, que é professora da Faculdade de Campinas (Facamp), onde ajuda a coordenar e faz parte da comissão de organização do Facamp Model United Nations (FAMUN).

Nós três somos pesquisadoras do Laboratório de Política Internacional (LAPI), que é uma iniciativa de pesquisadores que buscavam novas formas de promover diálogos e reflexões sobre temas diversos. Nós três também integramos o Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF) e estamos atualmente envolvidas em um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, por meio do edital CNPq Universal, que investiga possibilidades de

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas. Doutora em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Vice-coordenadora do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF), e pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7721-5523>

<sup>2</sup> Doutoranda e mestra em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisadora visitante na Universidade de Coimbra, com financiamento CAPES PrInt. Foi professora substituta no curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca, e também professora adjunta no curso de Relações Internacionais da Universidade Paulista (UNIP), em São Paulo. Pesquisadora no Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Iaras-GEDES) e do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4460-3252>

<sup>3</sup> Doutora em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Professora de Relações Internacionais no Centro Universitário FACAMP e pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais (CERI-FACAMP). É ainda coordenadora do FACAMP Model United Nations (FAMUN) e pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). É especialista em pesquisa e ensino sobre o Sistema ONU e sua agenda para o desenvolvimento sustentável. Sua agenda de pesquisa se concentra em tecnologias emergentes, sustentabilidade e seus impactos em países em desenvolvimento. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6438-3176>

futuro sobre a inserção do Brasil nas propostas de reforma da governança multilateral, particularmente na área de paz e segurança.

Hoje, nossa proposta é conversar sobre a Cúpula do Futuro que aconteceu recentemente. Antes de passar a palavra para Kimberly e Patricia, uma breve contextualização. A Cúpula do Futuro foi uma iniciativa do atual Secretário-Geral da ONU, António Guterres, como forma de debater e problematizar as necessidades de reforma do Sistema ONU. A Cúpula passou por um longo processo preparatório e ocorreu recentemente entre os dias 20 e 23 de setembro de 2024. Nos dias 20 e 21 tivemos os Dias de Ação, que envolveram maior participação da sociedade civil global em fóruns de debate. Nos dias 22 e 23 aconteceu a Cúpula do Futuro propriamente dita, quando foram adotados os documentos oficiais.

Essa discussão proposta por António Guterres como uma forma de pensar a reforma da ONU é absolutamente necessária, como qualquer pessoa que estuda o assunto sabe. A ONU foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial, concebida ainda durante a guerra, e ela foi uma organização dos vitoriosos, muito influenciada pelo contexto que existia naquela época. Embora tenha havido mudanças ao longo das décadas, elas certamente não conseguiram acompanhar todas as transformações que aconteceram no mundo.

O exemplo mais emblemático é o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), órgão central com poder de autoridade vinculante, capaz de adotar decisões que, em tese, são obrigatórias para todos os membros. Ele mantém praticamente o mesmo formato de 1945, com 15 membros, dos quais 5 são permanentes com poder de veto. Houve apenas uma reforma na década de 1960, quando o número de membros rotativos aumentou de 6 para 10, refletindo a entrada de países recém-independentes na ONU e a mudança de perfil dos membros da organização.

Desde então, nós tivemos repetidas rodadas de discussão sobre a reforma do Conselho de Segurança, mas pouquíssimos avanços concretos foram alcançados. Paralelamente, tivemos o avanço de várias novas agendas: economia global, novas tecnologias, mudanças climáticas e governança do futuro. A proposta do António Guterres vem nesse contexto de reconhecimento de que é necessário pensar o que pode ser feito para responder a todas essas novas demandas.

No processo preparatório, com o intuito de informar os debates, o Secretariado elaborou 11 policy briefs sobre diferentes temas, incluindo paz, economia, finanças internacionais, tecnologias digitais, questões espaciais e o papel das novas gerações na governança multilateral. Contudo, apesar das expectativas de construção de uma nova governança, a realidade mostrou uma enorme contradição: enquanto os líderes mundiais e líderes da sociedade civil falavam em paz em Nova York, os conflitos e gastos militares cresciam. Vemos um aumento sistemático nos gastos em defesa; intensificação de conflitos intra

estatais e interestatais com aumento do número de mortos em batalhas nos últimos anos; modernização de arsenais nucleares com um risco cada vez maior de processos de escalada de conflitos com resultados catastróficos; além de grandes crises humanitárias em diferentes partes do mundo que carecem de soluções.

Esse contraste entre discurso e prática mostra a dificuldade do processo. Se na década de 1990 houve a esperança de um mundo mais pacífico — como quando Fukuyama falava em “fim da história” —, os anos 2000 mostraram exatamente o contrário. Ainda assim, tivemos a sorte de contar com duas representantes infiltradas nesse processo de condução da Cúpula do Futuro: Kimberly, que participou de uma série de reuniões preparatórias em Genebra pelo Graduate Study Programme (GSP), que no final resultaram em materiais para informar os debates que aconteceriam em Nova York; e Patricia, que esteve presente em Nova York durante a Cúpula e conseguiu acompanhar parte do evento e das sessões de discussão. Hoje elas vão compartilhar um pouco dessa experiência por trás dos bastidores.

Passo então a palavra para Kimberly contar como foi o processo preparatório.

## O PROCESSO DE PREPARAÇÃO DA CÚPULA

**Kimberly Digolin:** Muito obrigada, Raquel. Preparei aqui uma brevíssima apresentação, só para me guiar e não deixar de falar nada. A Raquel já comentou alguns pontos, mas acho importante entender primeiro o papel do Secretariado-Geral da ONU. Essa Cúpula do Futuro parte não apenas desse organismo, mas também da figura do Secretário-Geral António Guterres. Então, uma breve comparação entre os últimos Secretários-Gerais pode ser útil.

Boutros-Ghali, primeiro africano a ocupar o cargo (1992-1996), teve um perfil bastante combativo e de oposição em relação ao Conselho de Segurança. Não por acaso, sua reeleição foi vetada, o único caso entre esses que estamos analisando. Em geral, o Secretário fica dez anos: cinco, depois renovados por mais cinco. Depois veio Kofi Annan, que aprofundou algumas questões de Boutros-Ghali, mas com um perfil menos combativo e mais diplomático, ainda que bastante propositivo também. Ao passo que Ban Ki-moon foi considerado um secretário moderado, bastante discreto. Já António Guterres tem se mostrado não apenas propositivo, mas bastante ativo: não apenas cumpre o esperado, mas também propõe iniciativas próprias. A Cúpula do Futuro vem nessa toada de proposições que obviamente não se encerram na figura do português Guterres, mas cujo papel é bastante importante.

Para entender os preparativos, precisamos resgatar a Declaração de Comemoração dos 75 anos da ONU (2020), que marcou o período como a “Década da Ação”. Ali já estavam os pilares que depois foram incorporados à Agenda Comum — a *Our Common Agenda* — que serviu de base para a Cúpula do Futuro. Essa declaração trouxe pontos como “não deixaremos ninguém para trás”, “protegeremos o nosso planeta”, “ouviremos e trabalharemos

com os jovens” e “estaremos preparados para emergências”. Isso refletia também o contexto da pandemia de Covid-19 e a percepção de que a ONU e os Estados precisavam ter mais agilidade e capacidade de resposta.

Dessa agenda, surgiram 11 grandes pilares, como respostas a todas as formas de violência, preocupação com mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, promoção da paz e participação da juventude. Em 2021, Guterres apresentou o documento *Our Common Agenda*, explicitando sua visão para uma ONU mais colaborativa e com reforço ao multilateralismo.

Como preparação para a Cúpula, ocorreu em Genebra o Graduate Study Programme (GSP), a iniciativa educacional mais antiga da ONU, em sua 62ª edição. Esse programa reúne jovens pesquisadores entre 22 a 32 anos de todo o mundo. Em 2024, o tema foi justamente a *Our Common Agenda*, os desafios e oportunidades da Cúpula do Futuro. Foram selecionados jovens de mais de 40 países e eu estava lá representando o Brasil, junto com outra colega brasileira.

Ficamos divididos em cinco grupos temáticos estabelecidos a partir dessa *Our Common Agenda*: financiamento para um desenvolvimento sustentável; paz e segurança internacional; juventude, tecnologia e IA; participação dos jovens; e governança global. A programação era intensa, das 9h às 18h, durante duas semanas. Pela manhã, nós conversávamos com especialistas de várias instituições, e à tarde nos reuníamos em grupos para debater, recapitular pontos e elaborar relatórios.

Esses relatórios não eram apenas resumos, mas também traziam sugestões formais e informais. A ideia era propor mudanças que não dependessem apenas da ONU como instituição, mas que pudessem começar agora, em nível local, envolvendo a sociedade civil. Porque sabemos que reformas estruturais são lentas — e a ONU é um verdadeiro Leviatã, difícil de mover. Então, pensar em ações informais e no cotidiano foi um ponto importante.

Durante o programa, ouvimos palestrantes como Guy Ryder (Subsecretário de Política da ONU), Paul Ladd (diretor do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social), Adriana Quiñones (representante da ONU Mulheres), entre outros. E é curioso porque muitas falas começavam de forma “chapa-branca”, mas quando percebiam que a audiência era qualificada e fazia perguntas incisivas, eles revelavam opiniões mais críticas. Entre as frases que mais chamaram atenção, destaco:

- “A governança global é o gargalo para o sucesso da Cúpula do Futuro.”
- “Nós estamos em uma verdadeira bagunça. É muito difícil pensar em ‘novos contratos sociais’ se aqueles que estão pensando esses contratos continuam sendo os mesmos velhos atores e já detentores do poder”.
- “A questão é se nós conseguiremos promover essas mudanças rápido o bastante”.

- “Poderosos não desistem do poder, a não ser que sejam obrigados.”  
“Desafios globais pedem respostas globais. E o nosso desafio principal é manter o multilateralismo funcionando”.

Essa última fala parece ingênua, mas levantou a questão: o multilateralismo está funcionando? E para quem ele funciona? Qual multilateralismo é esse que você quer manter funcionando?

Além disso, para compreender esse processo de preparação para a Cúpula do Futuro, nós resgatamos os 11 policy briefs que foram criados com o intuito de guiar o caminho para esse novo futuro, numa tentativa de destacar como transformar essas aspirações em ações. Esses documentos apresentam uma visão sobre o que o mundo poderia ser em 2100, enfatizando a importância da colaboração, inclusão e sustentabilidade nesse processo.

No final, a percepção foi de que, embora houvesse esperança, muito do que estava nos 11 policy briefs não foi plenamente incorporado ao documento final da Cúpula - e já faltava bastante coisa nos próprios policy briefs. Alguns tópicos apareceram de forma mais taxativa, como a necessidade de uma reforma ambiciosa da arquitetura financeira internacional, mas outros, como a ideia de uma ONU 2.0, ficaram mais suaves, possivelmente para garantir aprovação. Isso mostra o desafio: se até a linguagem precisa ser diluída para passar, imagine implementar mudanças concretas.

Por fim, uma das frases de um palestrante no GSP foi: “O que seria um Pacto do Futuro de sucesso? Não apenas assinaturas, mas também ações e resultados”. Acho que nesse momento nós vimos o avanço em assinaturas. O documento foi aprovado, ainda que alguns tivessem certas dúvidas. Mas agora o que fica é a dificuldade de implementar e de ver resultados em tempo suficiente.

**Raquel Gontijo:** Obrigada, Kimberly. Vou passar agora a palavra para a Patricia, que esteve lá na Cúpula do Futuro e acompanhou algumas das sessões, para contar os bastidores do evento em si.

## OS BASTIDORES DA CÚPULA

**Patricia Borelli:** Muito obrigada, Raquel. Obrigada, Kimberly, por terem organizado esse espaço de discussão. Fico muito feliz em ouvi-la, Kimberly, porque eu sabia que você estava envolvida em alguma coisa na Europa, mas não sabia exatamente o que era. Mas é muito bom ver como, mesmo à distância, a gente mantém uma linha de trabalho que envolve ONU, agendas globais e nossas pesquisas. Conversar com você e com a Raquel é sempre um prazer.

Minha apresentação não está tão organizada como a da Kimberly, porque tudo aconteceu muito recentemente e foi muita coisa de uma vez. Então quis trazer aqui algumas impressões gerais sobre o que pude acompanhar na Cúpula do Futuro, principalmente os Dias de Ação.

Antes de começar, gostaria de agradecer às instituições que possibilitaram minha ida a Nova York: o CERI-Facamp, nas figuras das diretoras Patrícia Rinaldi e Rúbia Marcussi, que auxiliaram com toda a documentação; a Roberta Machado, enviada especial que trouxe fofocas de bastidores do dia em que eu não tive o passe para acompanhar a Cúpula; e a MAPAS, instituição ligada a pesquisas sobre direitos da natureza e práticas de advocacy, que me deu o privilégio de representá-los nos Dias de Ação.

Para organizar melhor, preparei um cronograma. Entre os dias 20 e 21 de setembro de 2024, aconteceram na sede da ONU, em Nova York, os chamados *Dias de Ação (Action Days)*. Como a Kimberly bem explicou, essa foi uma iniciativa de António Guterres, que tem esse perfil ativo e propositivo. Se não estamos vendo os resultados concretos de uma reforma, porque isso leva tempo, eu arrisco dizer que o Guterres foi muito bem sucedido com esses Dias de Ação. Esses dias foram reservados para a sociedade civil discutir a Cúpula do Futuro: o que se esperava dela, quais eram as expectativas.

Houve momentos em que representantes da juventude puderam entregar diretamente suas solicitações ao Secretário-Geral, fazer perguntas incisivas sobre resultados e sobre o andamento das negociações entre Estados membros. Eu participei desses dois dias com um grupo de professoras que também pesquisam o Sistema ONU e alguns alunos representando a sociedade civil.

Os Dias de Ação foram caóticos, mas no melhor sentido: havia muita gente na ONU, de muitos lugares, talvez até mais do que a organização previa. Isso é significativo, porque mostra o engajamento da sociedade civil global. Enquanto vivemos um momento paradoxal — avanços nos debates sobre o Pacto do Futuro, mas um cenário geopolítico de muitos conflitos —, ver tanta gente mobilizada em Nova York foi impactante. Talvez o multilateralismo que queremos esteja justamente nesses espaços de participação. Infelizmente, a sociedade civil não tem esse poder decisório na ONU, mas ver o engajamento nesses Dias de Ação foi muito significativo.

O primeiro dia, 20 de setembro, foi inteiramente dedicado à juventude. Todas as reuniões principais eram lideradas por jovens, organizadas por jovens, e centradas na declaração sobre gerações futuras. Isso foi muito importante. Ao mesmo tempo, havia muitos eventos paralelos dentro e fora da ONU. A gente até brincava chamando de “ONU-palooza”, porque não dava para acompanhar tudo. Então, deixo aqui uma ressalva que as minhas impressões não cobrem tudo, porque tinha muita coisa acontecendo, mas busquei coletar impressões de

colegas que estavam nos outros eventos para ter uma visão um pouco mais geral desse processo.

Nos dias 22 e 23, ocorreu a Cúpula do Futuro propriamente dita, com a adoção dos principais documentos: o Pacto para o Futuro, a Declaração sobre as Gerações Futuras e o Pacto Digital Global. O pacto principal [Pacto para o Futuro] era o mais esperado, mas, para minha surpresa, a maior expectativa parecia estar em torno dos outros dois documentos.

O Pacto para o Futuro acabou sendo visto como um texto superficial, o que não foi surpresa, considerando o momento turbulento da política internacional. O documento não é tão incisivo nas reformas que gostaríamos de ver, afinal estamos falando de uma organização com quase 80 anos de existência e que ainda reflete o contexto de 1945, mas é um esforço interessante de sentar e acordar o que queremos daqui para frente. Mesmo assim, o esforço de reunir todos os países e negociar algum grau de compromisso já é algo importante. A ONU continua sendo um espaço para discutir o que queremos do multilateralismo, mesmo que nem sempre caminhe na direção que gostaríamos.

Houve tensão nos bastidores. O documento do Pacto já estava praticamente pronto antes da Cúpula, mas nos dias finais alguns países apresentaram objeções. O episódio mais marcante foi a Rússia, que introduziu o documento na Assembleia Geral e apresentou uma emenda no momento de adoção — algo bastante incomum. Normalmente, quando um texto é adotado por consenso, não se apresentam emendas nessa fase. A Rússia, porém, apresentou críticas de que o Pacto refletia uma visão ocidental e ainda propôs emendas, o que gerou surpresa, tendo em vista as críticas que o país vem sofrendo.

O Grupo Africano, representado pela República do Congo, respondeu com uma moção de “não ação”, para evitar que a emenda fosse sequer discutida. No fim, o Pacto foi adotado por consenso, mas o episódio mostrou as tensões atuais e o peso da política internacional nesse processo.

Nós tivemos a oportunidade de perguntar as impressões do Secretariado: quais eram as expectativas em relação ao Pacto? E houve uma divisão. De um lado, ainda que conscientes de que essas mudanças não aconteceriam já no dia seguinte, havia muitas expectativas de reforma e destaque sobre a necessidade de rejuvenescer a ONU em diversos aspectos. De outro, impressões de que o Pacto talvez não signifique muita coisa frente ao atual cenário da política internacional.

De todo modo, apesar das críticas, o Pacto foi visto como um começo. Não se esperava que grandes reformas fossem implementadas imediatamente, mas o simples fato de afirmar a necessidade de reformas já é relevante.

Embora o Pacto estivesse no primeiro plano, a impressão de quem estava lá é que a Declaração sobre as Gerações Futuras e o Pacto Digital Global reuniram as maiores expectativas.

A Declaração sobre as Gerações Futuras refletiu o esforço do Secretário-Geral em aproximar a ONU da juventude, nesse esforço de rejuvenescer a organização. O documento, de caráter mais propositivo, reforça a ideia de incluir jovens nos processos decisórios, inclusive em nível nacional. Em alguns países já se criaram ministérios para a juventude, o que mostra que pensar gerações futuras começa a se tornar prioridade. Essa declaração também abriu espaço para os estudos de futuro ganharem mais relevância dentro da ONU, o que é muito interessante. Em um dos painéis que eu participei, o palestrante disse que não é possível falarmos de gerações futuras sem ter instrumentos confiáveis para pensar o futuro.

Por outro lado, há críticas: a declaração trata “juventude” como um bloco homogêneo, sem considerar a diversidade de classe, raça, gênero, religião, sexualidade e contexto regional. Ainda é preciso avançar para reconhecer juventudes plurais, não apenas “a juventude” de forma genérica.

O Pacto Digital Global foi, na minha percepção, o que mais mobilizou interesse. As filas para os eventos relacionados a ele eram gigantescas, e o público era diferente: muitos representantes do setor privado, com um ar mais “*business*”. Isso mostra como havia grande expectativa em torno da governança digital.

Esse Pacto é interessante por ser o primeiro a trazer um entendimento comum sobre uma agenda relativamente nova, que são as tecnologias digitais. Inteligência artificial também ganhou um espaço muito grande nessas discussões, embora com pouquíssimas críticas em relação a essa tecnologia. O tom predominante foi de otimismo tecnológico: a ideia de que as tecnologias são soluções para tudo, especialmente para o desenvolvimento sustentável. Porém, pouco se discutiu os impactos negativos, como o uso massivo de água em *data centers* ou outros custos ambientais.

Representantes da sociedade civil questionaram a falta de medidas mais vinculantes, especialmente sobre inteligência artificial. Perguntavam: por que não discutir um tratado global, nos moldes do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), mas para IA? Esse debate ficou de fora, deixando o Pacto em um nível superficial.

Enfim, essa foi minha experiência em Nova York. Deixo aqui um agradecimento a todos que possibilitaram essa participação e também à Kimberly, à Raquel e ao LAPI por esse espaço para discutir com vocês algumas dessas impressões. Obrigada.

---

## CONSIDERAÇÕES PARA CONSTRUIR O MULTILATERALISMO

**Raquel Gontijo:** Foi maravilhoso ouvir todas essas experiências, tanto da Kimberly quanto da Patrícia, que acompanharam de perto, em momentos diferentes, esse processo da Cúpula do Futuro. Temos alguns minutinhos, então quem tiver interesse pode mandar perguntas pelo chat.

Enquanto aguardamos, eu gostaria de fazer duas perguntas. Primeiro, sobre o comentário final da Patrícia: ela destacou a dificuldade de se criar tratados internacionais, já que alguns países, como os Estados Unidos, têm grande resistência. Isso leva os documentos da ONU a serem frequentemente diluídos, adotando uma linguagem vaga e compromissos muito genéricos, justamente para serem aprovados por consenso. Minha pergunta é: vocês, que participaram em diferentes etapas, observaram algum padrão nas expectativas das pessoas em relação à nova governança? Quais eram as esperanças para o futuro?

A segunda pergunta é sobre as tecnologias digitais: Patrícia, você notou se havia grupos específicos que se mostraram mais críticos a essa agenda?

E já temos uma pergunta aqui do Gabriel, no chat: ele pergunta se há uma diluição das discussões mais incisivas dentro da Cúpula em nome do consenso e, se sim, como isso impacta as ações que deverão ser tomadas a partir de agora, especialmente pelos Estados.

**Kimberly Digolin:** Acho que o principal ponto que observei no Graduate Study Programme foi a percepção de que os documentos da ONU homogeneízam demais. Isso apareceu muito fortemente na forma como a juventude foi tratada como um grupo uníssono, quando, na prática, não é.

No nosso grupo, por exemplo, havia pessoas com realidades muito diferentes. Eu só consegui participar porque já estava na Europa e com apoio de vaquinhas. Outros colegas também precisaram de rifas e campanhas para custear a viagem e os vistos. Já outros tinham muito mais recursos. Então, como falar de juventude como se todos tivessem as mesmas condições de participação?

Além disso, as pautas variavam muito. Tivemos, por exemplo, o primeiro jovem de Bangladesh em mais de 60 edições do programa, que voltou ao seu país justamente em meio a uma revolta popular. As prioridades dele eram completamente diferentes das de colegas da Europa ou da América do Norte.

E isso extrapola para além do que é juventude, entrando também nas pautas de gerações futuras, gênero e várias das agendas sobre sociedade civil. Portanto, é um erro tratar a juventude como homogênea. Precisamos reconhecer juventudes plurais, com violências e necessidades distintas em contextos diferentes. Essa foi uma preocupação constante. Até

mesmo nos discursos da Cúpula, havia tensionamentos sobre se incluir jovens significava inclusão política ou, antes, inclusão econômica — dar condições para depois poder participar politicamente.

Acho que o ponto principal é esse: que a mudança não seja apenas no sentido de incluir discursivamente os jovens, mas entender que são juventudes plurais e que as formas de inclusão devem pensar também essas regionalidades.

**Patricia Borelli:** Com certeza, eu compartilho dessa visão da Kimberly. Isso também apareceu em Nova York, principalmente nos eventos paralelos. Houve muitos relatos da dificuldade de jovens da periferia, ou mesmo de classe média, de acessar os espaços da ONU. O acesso é desigual.

Na Facamp, temos trabalhado com projetos como o FAMUN justamente para aproximar os estudantes da lógica da ONU, ainda que de forma simulada, porque sabemos que a presença física em Nova York é um privilégio restrito.

Tivemos a oportunidade de conversar com Daniel Perell, representante da comunidade Baha’i na ONU, que destacou algo muito claro: se queremos de fato incluir a juventude global, precisamos de financiamento específico para garantir que jovens do Sul Global possam estar presentes. Hoje, a maior parte ainda é do Norte Global, e isso molda os debates.

Sobre as expectativas em relação ao Pacto, o que percebi foi bastante divergente. Muitos, especialmente do Sul Global, mencionavam a reforma do Conselho de Segurança como prioridade, mas ao mesmo tempo com muito ceticismo, porque sabem o quanto isso é difícil. Ainda assim, havia elogios à ousadia do Secretário-Geral em articular a Cúpula e em apresentar o Pacto, mesmo que não fosse perfeito.

Respondendo ao Gabriel: sim, a diluição em nome do consenso impacta muito. O Pacto, ao final, é mais um compromisso de abertura — ele cria espaço para continuar negociando, mas não obriga os Estados a nada concreto. Isso, de um lado, é frustrante, mas de outro, é o que torna possível haver algum tipo de acordo multilateral em um contexto tão conturbado.

Talvez esse momento que estamos vivendo do “dia seguinte do Pacto” seja o mais importante, para observar o que efetivamente será feito e como podemos cobrar ações mais incisivas. E nós, enquanto sociedade civil, temos diferentes níveis para ação. Eleições municipais, ambientes acadêmicos, movimentos organizados.

Sobre as tecnologias digitais, as críticas que ouvi foram só nos eventos paralelos. Inclusive a minha impressão sobre os eventos principais é que só participavam como palestrantes: membros do Secretariado; representantes dos principais programas e agências da ONU específicas para comunicação, tecnologia e desenvolvimento (como PNUD e ITU);

representantes de ministérios; e representantes das empresas de comunicação e tecnologias digitais. Então, nesses grandes painéis organizados pelo Secretariado o tom da discussão era “precisamos de um futuro digital, inclusivo, acessível para todos e nós, grandes empresas do setor de tecnologia, vamos providenciar isso”.

E foi nos eventos paralelos que veio o tom da crítica que estávamos esperando. Ativistas digitais advogando pela privacidade de dados, incluindo comunidade LGBTQIAP+. Teve um professor que, para mim, trouxe o ponto central e que foi pouquíssimo debatido: o que nós vamos fazer com o monopólio das tecnologias digitais? A preocupação em trazer os direitos humanos como centro da discussão, mas pouco se fala sobre como se vai implementar isso. Então os grupos mais críticos, que são esses representantes da sociedade civil e academia, mas o espaço deles ficou restrito aos eventos paralelos.

**Raquel Gontijo:** Excelente. Muito interessante. Só a respeito da pergunta do Gabriel, eu queria complementar: a ONU, já há vários anos, adota essa lógica do consenso. A ideia é que é melhor uma resolução, um acordo, um pacto diluído e esvaziado, mas que todo mundo se compromete, do que um documento que passe por votação e, no final, quem deveria agir diga “não votei a favor, não é problema meu”. A lógica é: se foi acordado, foi acordado por todos, e espera-se que seja cumprido. Isso acaba gerando documentos mais esvaziados em nome do consenso, mas também cria espaço para pressão, porque em tese todos aceitaram.

Recebemos também uma pergunta do Álvaro sobre juventude, questão que foi bastante importante. Ele gostaria de saber como observamos o futuro de um multilateralismo cada vez mais escasso no âmbito internacional e se a juventude pode ser considerada um ator importante para a preservação disso.

E aproveito para encerrar com uma última pergunta minha: quando o Guterres assumiu o segundo mandato, houve bastante crítica. Apesar de ser um Secretário-Geral muito querido, foi um pouco “agridoce”, porque muitos esperavam a primeira mulher no cargo. Já se discutia se, finalmente, depois de 80 anos, o próximo seria uma mulher. Mas o Guterres está lutando para deixar um legado positivo. Na percepção de vocês que acompanharam o processo, ele foi bem-sucedido em deixar o legado que gostaria?

**Patricia Borelli:** Sim, Álvaro, a juventude é um ator muito importante. Engajar a juventude no multilateralismo, que é um trabalho que tentamos fazer com vocês, é essencial. O multilateralismo vai continuar. Acho muito difícil, no atual nível de globalização de mercados e de interdependência, que países rompam relações completamente. Mas, como disse a Raquel, o que está em jogo é: que tipo de multilateralismo queremos? A extrema direita também tem o seu multilateralismo, com contatos globais e uma agenda própria. A questão é como construir um multilateralismo que pense mais em justiça, democracia e participação

nos processos de decisão — e a juventude precisa ser parte disso, porque são vocês que estarão aqui por mais tempo.

Quanto antes engajarmos os jovens a compreender os processos decisórios, melhor. Não é fácil, mesmo para quem estuda relações internacionais. Mas é essencial que a juventude, mesmo fora da academia, entenda o papel do multilateralismo na construção de uma arquitetura global mais justa. Espero que a Declaração sobre as Gerações Futuras e todo esse movimento recente da Cúpula tragam um envolvimento cada vez maior da juventude.

E isso me leva ao legado do Guterres. Lembro que, quando foi reeleito, comentamos na Facamp que ele parecia mais ousado. No primeiro mandato ele trouxe propostas, mas ainda comedidas. No segundo, decidiu apostar mais alto, porque era a oportunidade de deixar uma marca. E eu acho que seu principal legado foi ampliar a participação da sociedade civil na ONU. Qualquer tentativa futura de barrar isso será mal vista. Esse pode ser o maior legado dele, junto com as pressões por reforma que, se diminuïrem, podem corroer a credibilidade da instituição.

Também concordo que o futuro Secretário-Geral terá um papel decisivo. Se não for uma mulher, após 80 anos de liderança exclusivamente masculina, a credibilidade da ONU será muito questionada. Estamos num ponto de virada. Mas, como sempre lembramos, a ONU é o que os países fazem dela. Então vamos ver as cenas dos próximos capítulos. Por ora, acho que Guterres já deixa um legado importante ao colocar a sociedade civil como ator mais ativo, de modo que qualquer retrocesso nesse aspecto seria um tiro no pé.

**Kimberly Digolin:** Vou estruturar da mesma forma e resgatar a pergunta do Álvaro. Acho que um ponto central, para além do que a Patricia falou, é entender que a inclusão da juventude não é uniforme no mundo. Muitas vezes tomamos como modelo o Ocidente, onde os jovens são minoria populacional e mais afastados da política. Mas em lugares como a Etiópia e em outros países africanos, a juventude é a maioria, e isso muda tudo. Faltam olhares que considerem essas realidades. Pensar nas gerações futuras e incluir a juventude exige trazer essas percepções diversas, não só de Europa e Estados Unidos, mas também de contextos em que os jovens já são protagonistas.

Quanto ao legado de Guterres, separar a instituição ONU da figura do Secretário-Geral é fundamental. O cargo tem limites estruturais, constrangimentos geopolíticos e econômicos. Ainda assim, vejo o legado dele como positivo. Espero não queimar minha língua, mas o paralelo que faço é: se Kofi Annan e Boutros-Ghali ficaram marcados pelas operações de paz, Guterres talvez seja lembrado por inserir a sociedade civil e os jovens de forma mais contundente. Espero não me enganar, mas acredito que esse será seu grande legado, mais positivo do que o de Ban Ki-moon, que ficou com a imagem de um Secretário-Geral discreto demais.

**Raquel Gontijo:** Agradecemos muito as falas da Kimberly e da Patrícia. Elas trouxeram perspectivas de dentro do processo — tanto na preparação quanto na Cúpula em si — e nos ajudaram a compreender melhor os avanços, desafios e contradições da Cúpula do Futuro. Foi muito bom ter esse espaço de diálogo. A todos que acompanharam, obrigada pela presença e pela participação.